

ENERGIA

PL do setor elétrico sairá em abril

Segundo Silveira, medida propõe, entre outras coisas, ampliar a tarifa social para 60 milhões de usuários

» RAFAELA GONÇALVES
» ENVIADA ESPECIAL

Rio de Janeiro - O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que o projeto de lei que propõe uma reforma no setor elétrico deve ser enviado à Casa Civil até o fim deste mês. A medida, que tem como objetivo baixar a conta de luz, visa diminuir os subsídios para energia renovável e reestruturação do mercado de energia.

A proposta da pasta inclui a ampliação da tarifa social de energia para mais de 60 milhões de brasileiros, que podem ser beneficiados com a gratuidade de energia. "Esse é o tripé da nossa ousada, inovadora e moderna proposta: justiça tarifária, liberdade para o consumidor e equilíbrio para o setor", disse Silveira, durante a abertura do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia Elétrica 2025. O evento, realizado no Rio de Janeiro, reúne autoridades e empresários do setor produtivo para debater o futuro do setor elétrico no país.

A expectativa, segundo Silveira, é que o texto chegue ao Congresso ainda no primeiro semestre. "É com base nesse tripé que, com visão de futuro, vamos estabelecer a nova política pública do setor elétrico brasileiro. A verdadeira reforma no setor elétrico está prestes a ocorrer", completou.

De acordo com o ministro, a faixa de isenção vai passar do consumo de 50 kWh/mês para 80 kWh/mês. As famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), com renda de até um salário mínimo e que atualmente não estão na tarifa social, serão isentas da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

"Mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras serão beneficiados com a gratuidade de energia até o consumo de 80 kW por mês. Isso representa o consumo de uma família que tem uma geladeira, um chuveiro elétrico, ferro de passar, carregador de celular, televisão e lâmpadas para seis cômodos", explicou.

O ministro destacou ainda que há "muita injustiça nas tarifas de energia elétrica". "Hoje, o consumidor comum, que paga suas contas com dificuldade, financia o sustento de poucos

Rafaela Gonçalves/CB/DA.Press



O ministro de Minas e Energia afirmou que o projeto de reforma será encaminhado, ainda neste semestre, ao Congresso Nacional



Hoje, o consumidor comum, que paga suas contas com dificuldade, financia o sustento de poucos altamente organizados. Precisamos racionalizar os custos do setor, endereçar as injustiças na composição da tarifa"

Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia

altamente organizados. Precisamos racionalizar os custos do setor, endereçar as injustiças na composição da tarifa", disse Silveira.

As tratativas sobre uma eventual ampliação da tarifa social foram negadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Não tem nenhum estudo na Fazenda nem na Casa Civil sobre esse tema. Não chegou a conhecimento nem do Palácio, nem da Fazenda", disse a jornalista, ao ser questionado sobre o tema. Entretanto, ele afirmou que isso não impede que a medida seja estudada pelo MME.

Desafios regulatórios

O vice-presidente de Regulação e Relações Institucionais da Eletrobras, Rodrigo Limp, destacou as transformações vivenciadas pelo setor nos últimos anos e lembrou que, embora tenha ganhado alguns aprimoramentos, o último marco

regulatório aconteceu em 2004. "É muito claro que o marco legal hoje não atende mais às necessidades e as atuais demandas do setor", enfatizou.

"Precisamos avançar com a reforma, com a modernização do setor, para que a gente tenha um setor elétrico mais moderno, sustentável, com desenhos de mercado e sinais de preço que provocam, de fato, a expansão eficiente, o que não vem ocorrendo nos últimos anos", acrescentou.

Mesmo com uma abundância de fontes de energia renováveis, provenientes da água, dos ventos e do sol, o Brasil apresenta o maior custo de energia elétrica residencial em relação à renda per capita entre 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

De acordo com os dados, cerca de 60% do valor da conta de luz está ligada à geração, transmissão e distribuição da energia elétrica. O restante é composto

por taxas que bancam políticas públicas, subsídios e impostos.

Tornar a energia mais barata para o consumidor final é o grande desafio do setor, conforme destacou o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa. "O Brasil tem uma característica que nos orgulha, que é que temos uma energia barata. Poucos países do mundo têm a capacidade de gerar energia elétrica de forma tão competitiva. Isso não vai mudar nos próximos anos, mas ainda temos uma tarifa final muito cara", apontou.

Feitosa destacou ainda as desigualdades regionais, que precisam ser combatidas. "O consumidor da região Norte do Brasil, ele paga uma tarifa de 20% a 30% mais cara do que o consumidor da região Sul", destacou.

*A repórter viajou a convite do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia Elétrica

AGRO

Conab confirma safra recorde este ano

» FRANCISCO ARTUR FILHO

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) confirmou a estimativa de uma safra recorde de grãos no Brasil para a temporada de 2024/25. O órgão projeta um volume de 330,3 milhões de toneladas. O 7º Levantamento da Safra de Grãos 2024/25, divulgado ontem pela Conab, indica um crescimento significativo de 10,9%. Isso representa um acréscimo de 32,6 milhões de toneladas, em comparação com o ciclo 2023/24.

De acordo com o órgão, a perspectiva de uma colheita histórica se confirma com o avanço da colheita das culturas de primeira safra. O aumento estimado na produção é resultado tanto de uma maior área plantada, com a incorporação de 1,7 milhão de hectares, totalizando 81,7 milhões de hectares, quanto das condições climáticas favoráveis registradas nas principais regiões produtoras durante a primeira safra.

"As perspectivas positivas para o clima também dão suporte para o desenvolvimento das culturas na segunda safra. Nesse cenário, é esperada uma recuperação da produtividade em 8,6%, estimada em 4.045 quilos por hectare", destacou a companhia.

A soja continua sendo o principal produto cultivado na primeira safra e deve alcançar o maior volume já colhido no país, com uma previsão de 167,9 milhões de toneladas. Esse número supera em 20,1 milhões de toneladas o número da safra anterior. O Centro-Oeste, principal produtor de soja, deve registrar um novo recorde de produtividade média, chegando a 3.808 quilos por hectare.

Em Mato Grosso e Goiás, a colheita da soja está em fase final, com produtividades recorde de 3.897 kg/ha e 4.122 kg/ha, respectivamente. Com a colheita da soja avançada, o plantio do milho de segunda safra se aproxima da conclusão.

A produção total do cereal está estimada em 124,7 milhões de toneladas, um aumento de 9 milhões de toneladas em relação ao ciclo passado. Para o algodão, a expectativa de produção recorde também se confirma, com uma área plantada de 2,1 milhões de hectares e uma produção de pluma esperada em 3,9 milhões de toneladas, 5,1% acima da safra anterior. Arroz e feijão também terão aumento de produção, segundo a Conab. (Com Agência Brasil)

» Lula sanciona Lei Orçamentária deste ano

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, com dois vetos, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025. A lei foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU). O primeiro veto, de R\$ 40,2 milhões ao Ministério do Transportes, foi sobre mudanças feitas pelo Congresso que colocavam dinheiro em obras com locais específicos, usando despesas discricionárias do Poder Executivo. Na justificativa, o governo aponta que a inclusão "contraria o interesse público". O presidente vetou ainda R\$ 2,97 bilhões em despesas financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que seriam destinados a financiamentos com retorno. A justificativa é de que a legislação estabelece que os empréstimos feitos com recursos do FNDCT não podem passar de 50% do total previsto no orçamento do fundo.

APOSTAS ON-LINE

CPI das BETs reage contra HC a Deolane

» ALICIA BERNARDES*

O impasse entre o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou novo capítulo com a decisão que livrou a influenciadora e advogada Deolane Bezerra de comparecer à CPI das Bets. O episódio provocou reações duras entre parlamentares e acendeu um alerta sobre os limites da interferência entre os poderes.

A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), relatora da CPI, afirmou ao *Correio* que já conversou com o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, sobre a sua preocupação com o que vê como interferência indevida nas atribuições do Parlamento.

"Sempre defendi: parem de dizer que o Supremo está legislando. Quem não legislou fomos nós", afirmou Soraya, ao reforçar que suas críticas não são ideológicas, mas técnicas. Segundo a senadora, que já atuou no Judiciário, em Mato Grosso do Sul, a lentidão no julgamento de recursos apresentados pela CPI tem comprometido o andamento dos trabalhos. "Nós temos prazo para que não percam o objeto. E não deixem a gente trabalhar", afirmou.

A ausência de Deolane foi autorizada por liminar concedida pelo ministro André Mendonça, que garantiu habeas corpus à influenciadora, assegurando o

direito de não comparecer à comissão. A medida também estabeleceu que, caso ela decidisse ir, poderia permanecer em silêncio para não se autoincriminar. Antes mesmo da sessão, Deolane publicou nas redes sociais que não compareceria à CPI, em uma manifestação que posteriormente foi apagada.

A Advocacia do Senado Federal recorreu da decisão, que corre sob sigilo de Justiça. Ainda assim, a insatisfação entre os parlamentares foi evidente. Soraya, que lamentou a ausência de Deolane na sessão de ontem, afirmou que a comissão pretende apurar se a influenciadora violou o sigilo de justiça ao publicar vídeos comentando a decisão. "Nossos advogados estão estudando uma forma de re-presentá-la criminalmente", declarou. Para ela, há problemas na forma como os processos são distribuídos na Corte: "Distribuir por prevenção? É nítido que não há prevenção".

O senador Izalci Lucas (PL-DF), integrante da comissão e autor do requerimento que convocou Deolane, foi direto ao criticar a decisão do STF: "Essa decisão do Supremo, ela praticamente enterra todas as CPIs. O Congresso Nacional ou modifica a lei da CPI ou, sinceramente, não é mais instrumento de investigação do Parlamento". Para ele, o direito ao silêncio não justifica a dispensa da presença. "Proibir

Edilson Rodrigues/Agência Senad



Soraya Thronicke, relatora da CPI protestou contra o habeas corpus concedido pelo STF a Deolane

de ir é uma coisa, proibir para que ela possa manter o silêncio é outra coisa. Mas tem coisa ali que ela poderia falar que não compromete a investigação que ela está passando".

A convocação de Deolane foi motivada por seu suposto envolvimento com empresas investigadas na Operação Integridade, que apura o uso de plataformas de apostas on-line para lavagem de dinheiro.

Parlamentares esperavam que seu depoimento ajudasse a esclarecer como influenciadores digitais vêm sendo usados para atrair apostadores e se tinham conhecimento de atividades ilícitas ligadas às plataformas.

Soraya foi enfática ao lembrar que o sistema de freios e contrapesos precisa funcionar de forma harmoniosa, sem supremacia de um Poder sobre o outro. "É exatamente na CPI

que se materializa o sistema de freios e contrapesos dentro dos três poderes. Nenhum poder pode ser absoluto em nada", disse a senadora. Embora ressalte seu respeito ao Judiciário, Soraya destaca que é preciso defender a autonomia do Parlamento para que a democracia não sofra prejuízos.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula